



Carta do I Encontro Nacional de Agroecologia Indígena (ENAI)

O I Encontro Nacional de Agroecologia Indígena (I ENAI) aconteceu no período de 26 a 29 de novembro de 2024, em Brasília, com a participação de mais de 50 povos indígenas de todo o Brasil. Ao todo, estiveram presentes cerca de 200 pessoas, vindas de todos os biomas brasileiros, Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal, contemplando as diferentes regiões do país, Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sudeste e Sul.

O evento foi organizado pelo Grupo de Trabalho (GT) Povos Indígenas da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que é uma iniciativa estruturada dentro da rede de movimentos e organizações que compõem o movimento agroecológico brasileiro. Estabelecido durante a plenária de 2022 em Belo Horizonte, seu principal objetivo é unir os povos indígenas em torno da agenda da Agroecologia, promovendo suas práticas, seus valores, seus saberes e suas formas de organização social. O GT conta com representantes de diversas etnias de todos os biomas do país, que compartilham a convicção de que a agroecologia é a principal alternativa viável para enfrentar as emergências climáticas.

A realização do primeiro Encontro Nacional de Agroecologia Indígena foi um dos encaminhamentos da Plenária Indígena que ocorreu durante o XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, em novembro de 2023, na cidade do Rio de Janeiro.

O I ENAI foi um momento histórico de protagonismo dos povos indígenas que se reuniram para debater, partilhar e construir, a partir de suas vivências coletivas e cosmovisões, a **Agroecologia Indígena**, com base no pensamento indígena sobre o manejo territorial e sobre práticas adotadas nos sistemas alimentares tradicionais. O que os não indígenas reconhecem como Agroecologia, têm suas bases nos conhecimentos milenares que guiam os Povos Indígenas ao longo dos tempos. Essas guianças atravessam perspectivas ecológicas de autodeterminação, espiritualidade e subjetividade. Sendo assim, essa produção de mundos dos povos indígenas atrelada à ancestralidade e ao diálogo harmônico com a natureza, deve ser reconhecida e valorizada como a matriz pioneira da construção do que hoje tem sido denominado de Agroecologia no Brasil.

Além de ser um marco significativo para o movimento indígena agroecológico, o encontro não é importante somente para nós, povos indígenas, mas ele apresenta grande relevância diante da emergência climática global.

Durante o evento, foram realizadas plenárias, cantos, rituais, rodas de conversa, exibição de filmes de produção indígena, trocas de experiências, de sementes e conhecimentos, nas quais foi enfatizada a importância das epistemologias indígenas para o estabelecimento de relações mais saudáveis com a natureza. Ocorreram debates sobre os princípios da Agroecologia na perspectiva indígena, onde os povos trouxeram suas experiências a partir dos biomas brasileiros (Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal), levantando os principais desafios que os territórios vêm enfrentando relacionados às questões climáticas, territoriais e de



soberania alimentar, apresentando as experiências exitosas e os possíveis caminhos a serem trilhados diante desses desafios.

As rodas de conversa abordaram políticas públicas voltadas aos povos indígenas, com a presença de órgãos governamentais e não-governamentais, a partir das seguintes temáticas: Políticas relacionadas à Produção e Comercialização de Alimentos; Saúde Indígena e Agroecologia; Produção de Alimentos Saudáveis, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; Gestão Territorial e Ambiental de Territórios Indígenas; Ações de Pesquisa e ATER em Territórios Indígenas; e, Financiamento dos Sistemas Agrícolas Indígenas.

Também, ocupamos a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais da Câmara dos Deputados, presidida pela Deputada Federal Célia Xakriabá, para debater a importância da Agroecologia nos Territórios Indígenas. Durante a audiência pública estiveram reunidos: o GT Povos Indígenas da ANA, lideranças indígenas de variados territórios, representantes do MPI, da APIB, da FUNAI, da ANA e da rede CATRAPOVOS. A audiência proporcionou um espaço de valorização dos saberes indígenas, a partir do reconhecimento de suas práticas tradicionais, sendo construídas estratégias para o enfrentamento da crise climática.

Diante disso, propomos:

- Fortalecer a participação indígena em espaço políticos como os conselhos municipais, estaduais e nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Valorizar a cultura alimentar indígena como enfrentamento aos ultraprocessados;
- Promover o fortalecimento das organizações coletivas indígenas;
- Que as agências de financiamento construam editais específicos voltados ao fortalecimento da Agroecologia em territórios indígenas, priorizando organizações que tenham liderança dos próprios sujeitos originários;
- Facilitação e simplificação do acesso dos Povos Indígenas a todos os programas, projetos e políticas públicas, financiados pelo Estado brasileiro a fim de garantir recursos destinados à promoção da Agroecologia Indígena;
- Formação em gestão de projetos dentro das organizações indígenas;
- Construir um Sistema Nacional de Agroecologia Indígena baseada no SISAN;
- Estabelecer cota indígena nas vagas de profissionais contratados ou concursados nas instituições que acessem recursos públicos para desenvolver Pesquisa e ATER em territórios indígenas;
- Criação e regulamentação das políticas públicas para a saúde indígena que possam atender nossas demandas, com base nas sabedorias ancestrais de cura, compreendendo que a Agroecologia faz parte da promoção e do cuidado à saúde;
- Criação de redes de Agroecologia Indígena nos estados;
- Demarcação dos territórios indígenas como estratégia de enfrentamento às emergências climáticas;



- Promoção e financiamento das feiras indígenas de trocas de sementes e saberes e de comercialização da produção indígena;
- Os princípios da Agroecologia precisam ser trabalhados na Educação Escolar Indígena;
- Fortalecer espaços estratégicos no Ministério dos Povos Indígenas;
- Que o Ministério dos Povos Indígenas e suas secretarias, departamentos e coordenações devam e possam ser ocupados por indígenas que dialoguem com as necessidades dos movimentos e movimentos de Agroecologia. E que na necessidade de indicação/alteração também haja diálogo com os Movimentos de Agroecologia Indígena;
- A APIB e suas organizações de base devem pautar o tema da Agroecologia Indígena em seus espaços de debates e formações, a exemplo do ATL;

Por fim, ficou evidente entre os participantes que a Agroecologia deve ser entendida para além da produção econômica, da conservação ou proteção do ambiente. Pois ao longo de toda a caminhada percorrida até a realização do ENAI e durante este, evidenciou que a Agroecologia Indígena inclui seres humanos, animais, não-humanos, plantas, água, encantados, ancestralidade, por isso deve ser entendida como um modo de (re) existência, um modo de construir mundos para todos esses seres. A produção de mundos dos povos indígenas, baseada numa conexão ancestral com a natureza, deve ser reconhecida e valorizada como a matriz pioneira da construção do que hoje tem sido denominado de Agroecologia no Brasil, como estratégia para construirmos um bem-viver e promovermos a proteção dos territórios.

Assinam a carta, representante dos seguintes povos que estiveram presentes no I ENAI:



POVOS INDÍGENAS PRESENTES NO I ENCONTRO NACIONAL DE
AGROECOLOGIA INDÍGENA 26 A 29/11/2024

INSITUTO SÃO BOAVENTURA – BRASÍLIA/DF

ACRE

Shanenawa

ALAGOAS

Jeripankó

Kariri Xokó

Katokkin

Koiupanká

Tingui Botó

Wassu Cokal

BAHIA

Guerém

Pataxó

Tupinambá

Tumbalalá

CEARÁ

Isu Kariri

Jenipapo Kanindé

Kanindé

Kariri

Pitaguary

Tremembé

DISTRITO FEDERAL

Kariri Xokó

ESPÍRITO SANTO

Tupiniquim

MARANHÃO

Guajajara

Ka'apor

MATO GROSSO

Bakairi

Ikpeng

Kalapalo

Kaiabi

Kamaiurá

Menhynako

Myky

Umutina

Kayapó

MATO GROSSO DO SUL

Guarani Kaiowa

Guarani Nandhewa

Kinikinau

Terena

MINAS GERAIS

Borum Kren

Xakriabá

PARÁ

Kayapó

Munduruku

Panará

Tupinambá

PARANÁ

Ava Guarani

PARAIBA

Potiguara

PERNAMBUCO

Kapinawá

Pankararu

Truká

Xukuru do Ororubá

RIO GRANDE DO SUL

Kaingang

RORAIMA

Macuxi

Wapichana

SANTA CATARINA

Mbya Guarani

Xokleng

TOCANTINS

Ava Canoeiro

BOLÍVIA

Kishuá